

PREGÃO ELETRÔNICO

90004/2026

CONTRATANTE (UASG)

Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC (154503)

OBJETO

Aquisição de materiais de consumo para utilização nos Laboratórios Didáticos em aulas práticas dos cursos de graduação.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 42.163,54

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 04/05/2026 às 09h30min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
Exigências de habilitação	15
Habilitação jurídica	15
Habilitação fiscal, social e trabalhista	16
Qualificação Econômico-Financeira	17
8. DO TERMO DE CONTRATO	19
9. DOS RECURSOS	20
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

(Processo Administrativo nº 23006.026905/2025-11)

Torna-se público que **Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC**, sediada na Avenida dos Estados, 5001, Bairro Bangu, Santo André – SP – CEP 09210-580, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de materiais de consumo para utilização nos Laboratórios Didáticos em aulas práticas dos cursos de graduação**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora

ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. **O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

4.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

4.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5% (*cinco por cento*).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (*cinco por cento*), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

5.19.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

5.19.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

5.20.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

5.20.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

f) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

Exigências de habilitação

7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.10. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

7.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

7.22. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade técnica do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.22.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.23.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.24. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.24.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.25. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia

7.26. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.27. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.28. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.29. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.30. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.30.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.31. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.31.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.32. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.32.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.33. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.33.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.34. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.34.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.34.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.35. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.36. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.32.1.

7.37. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.38. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

8.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

8.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sig.ufabc.edu.br/public/jsp/portal.jsf>.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 15% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato lícitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato lícitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *através do endereço eletrônico cpl@ufabc.edu.br.*

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1 Anexo I - Termo de Referência;

12.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

12.12.2. Anexo I.1 – Regras aplicáveis ao contrato OU ao instrumento substitutivo ao contrato;

12.12.3. Anexo I.2 – Termo de Ciência e concordância;

Santo André, 15 de abril de 2026.

Wender Teixeira Guidine

Pregoeiro Oficial

Portaria UFABC nº. 4.754, de 24/02/2025,

Publicada no Diário Oficial da União de 25/02/2025.



ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 23006.026905/2025-11)

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **materiais de consumo para utilização nos Laboratórios Didáticos em aulas práticas dos cursos de graduação**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PEÇA / ACESSÓRIO - IMPRESSORA / COPIADORA TIPO 3: CORREIA DENTADA DE TRANSMISSÃO, REFERÊNCIA 3: GT2, APLICAÇÃO 1: IMPRESSORA 3D, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BORRACHA Conforme informações complementares: Correias para movimentação dos eixos das impressoras 3D, dimensões: 6mm x 2mm x 2 metros; com alma de fibra de vidro; referência GT2;	BR0619430	UNIDADE	20	R\$ 29,09	R\$ 581,80
2	BARRA PINO Nº DE VIAS: 1 X 40 VIAS, PASSO: 2,54MM, POSIÇÃO CONTATO: 180 GRAUS, COMPRIMENTO: 11,2MM, ESPESSURA: 11MM, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA Conforme informações complementares: Barra de Pinos 40 vias	BR0442550	UNIDADE	30	R\$ 1,77	R\$ 53,10

	11,2mm 180 graus - fêmea. Barra de pinos 40 vias / 11,2mm / Passo de 2,54 mm					
3	BARRA PINO N° DE VIAS: 1 X 40 VIAS, PASSO: 2,54MM, POSIÇÃO CONTATO: 180 GRAUS, COMPRIMENTO: 11,2MM, ESPESSURA: 11MM, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA Conforme informações complementares: Barra de Pinos 40 vias 11,2mm 180 graus - macho. Barra de pinos 40 vias / 11,2mm / Passo de 2,54 mm	BR0442550	UNIDADE	30	R\$ 1,31	R\$ 39,30
4	MÓDULO ELETRÔNICO TIPO: ATIVO, SOM CONTÍNUO, MODELO: BUZZER, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 5V, COMPONENTES: 2 TERMINAIS Conforme informações complementares: Buzzer 5V, 12mm de diâmetro, com oscilador interno.	BR0440906	UNIDADE	50	R\$ 2,81	R\$ 140,50
5	FONTE ALIMENTAÇÃO TENSÃO SAÍDA: 12VDC, CORRENTE SAÍDA: 5A Conforme informações complementares: Fonte DC Chaveada 12V 5A Plug P4; Tensão de entrada: Bivolt 100~250VAC 47~64Hz; Tensão de saída: 12VDC; Potência: 60W; Corrente de saída máxima: 5A; Plugue: P4	BR0346444	UNIDADE	10	R\$ 37,85	R\$ 378,50
6	BOMBA VAZÃO: 120L/H, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 12V, APLICAÇÃO: ARDUÍNO E ROBÓTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MINI BOMBA DE ÁGUA Conforme informações complementares: Micro Bomba De Água Submersível; Tensão: 2.5-	BR0607509	UNIDADE	5	R\$ 17,70	R\$ 88,50

	6V; Alcance Máximo (Vertical) : 40 - 110cm; Vazão: 80-120L/H; Diâmetro Externo: 7.5 mm; Diâmetro Interno: 5mm; TMaterial: Plástico Injetável; Modo de Condução: Corrente contínua (DC);					
7	RESISTÊNCIA ELÉTRICA USO: BALCÃO TÉRMICO DE DISTRIBUIÇÃO, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: J, TENSÃO NOMINAL: 220V, POTÊNCIA NOMINAL: 2KW Conforme informações complementares: Resistência elétrica Aço Inox, potência entre 1500W à 2000W, dimensões máxima 19 X 30 cm, tensão 220V, para imersão em líquidos, conexão com ponta a 90° em relação a resistência e rosca de 5/8" ou 7/8"	BR0463353	UNIDADE	4	R\$ 131,23	R\$ 524,92
8	VÁLVULA SOLENÓIDE MATERIAL CORPO: TERMOPLÁSTICO, TIPO: 180 GRAUS, POSIÇÃO OPERAÇÃO: NORMALMENTE FECHADA, APLICAÇÃO: ÁGUA, DIÂMETRO ROSCA: 1/2 X 1/2 POL, TENSÃO OPERAÇÃO: 12V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRESSÃO DE OPERAÇÃO: 0,2 À 8 KGF/CM2, VAZÃO: 7 A 40L/MIN Conforme informações complementares: Válvula Solenóide de Entrada de Água - 180° 1/2" x 1/2" 12V DC; Tensão de Operação: 12V DC; Corpo: termoplástico; Filtro: aço inox; Partes metálicas: aço zincado; Membrana: borracha (padrão); Terminais: latão; Entradas: 1 (1/2 polegada); Saídas: 1 (1/2 polegada)	BR0634295	UNIDADE	6	R\$ 65,10	R\$ 390,60
9	CAPACITOR FIXO POLIÉSTER CAPACITÂNCIA	BR0362373	UNIDADE	20	R\$ 1,63	R\$ 32,60

	NOMINAL: 1MICROF, TENSÃO NOMINAL: 250V, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA					
10	CAPACITOR TIPO: CERÂMICO, CAPACITÂNCIA: 1NF, TENSÃO NOMINAL: 50V	BR0344740	UNIDADE	20	R\$ 0,11	R\$ 2,20
11	CAPACITOR TIPO: ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA: 4,7MICROF, TENSÃO: 50 V	BR0614143	UNIDADE	20	R\$ 0,16	R\$ 3,20
12	CAPACITOR TIPO: ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA: 68MICROF, TENSÃO: 50 V, MATERIAL: PLÁSTICO	BR0601722	UNIDADE	20	R\$ 0,67	R\$ 13,40
13	CAPACITOR TIPO: ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA: 2200MICROF, TENSÃO: 50 V	BR0600842	UNIDADE	20	R\$ 4,18	R\$ 83,60
14	CAPACITOR TIPO: ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA: 0,1MICROF, TENSÃO: 50V, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0397263	UNIDADE	20	R\$ 0,31	R\$ 6,20
15	CAPACITOR TIPO: ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA: 680MICROF, TENSÃO: 50, MATERIAL: CARVÃO	BR0238757	UNIDADE	20	R\$ 1,38	R\$ 27,60
16	CAPACITOR TIPO: ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA: 0,47MICROF, TENSÃO: 100V, MATERIAL: CARVÃO	BR0238755	UNIDADE	20	R\$ 0,38	R\$ 7,60
17	CAPACITOR TIPO: ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA: 1,00MICROF, TENSÃO: 50 V	BR0398751	UNIDADE	20	R\$ 0,29	R\$ 5,80
18	CAPACITOR FIXO POLIÉSTER CAPACITÂNCIA NOMINAL: 2,2MICROF, TENSÃO NOMINAL: 250V, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0362370	UNIDADE	20	R\$ 1,95	R\$ 39,00
19	CAPACITOR FIXO POLIÉSTER CAPACITÂNCIA NOMINAL: 3,3MICROF, TENSÃO NOMINAL: 250V, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0362369	UNIDADE	20	R\$ 2,93	R\$ 58,60
20	CAPACITOR FIXO POLIÉSTER CAPACITÂNCIA	BR0362371	UNIDADE	20	R\$ 3,12	R\$ 62,40

	NOMINAL: 4,7MICROF, TENSÃO NOMINAL: 250V, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA					
21	CAPACITOR FIXO POLIÉSTER CAPACITÂNCIA NOMINAL: 82NF, TENSÃO NOMINAL: 50V, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0393659	UNIDADE	20	R\$ 0,53	R\$ 10,60
22	CAPACITOR FIXO POLIÉSTER CAPACITÂNCIA NOMINAL: 820NF, TENSÃO NOMINAL: 50V, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA Conforme informações complementares: Capacitor Fixo Poliéster Capacitância Nominal: 820NF, Tensão Nominal: 50V/63V, Aplicação: Eletrônica	BR0393660	UNIDADE	20	R\$ 0,64	R\$ 12,80
23	CAPACITOR FIXO POLIÉSTER CAPACITÂNCIA NOMINAL: 6,8MICROF, TENSÃO NOMINAL: 250V, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0362372	UNIDADE	20	R\$ 6,70	R\$ 134,00
24	CAPACITOR FIXO CERÂMICO TENSÃO NOMINAL: 50V, APLICAÇÃO: PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL: 1NF Conforme informações complementares: Capacitor cerâmico para uso geral em Eletrônica Valor de Capacitância (Farads): 1n Tensão de operação do Capacitor: 50V	BR0421308	UNIDADE	20	R\$ 0,10	R\$ 2,00
25	CAPACITOR TIPO: ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA: 1MICROF, TENSÃO: 25 V, APLICAÇÃO: EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EM GERAL Conforme informações complementares:	BR0254020	UNIDADE	20	R\$ 0,23	R\$ 4,60

	Capacitor 1 uF Eletrolítico 25 a 100 V					
26	CAPACITOR TIPO: CERÂMICO, CAPACITÂNCIA: 100NF, TENSÃO NOMINAL: 50V, TOLERÂNCIA: +/- 10PER Conforme informações complementares: Capacitor 100 nF Cerâmico 25 a 50 V	BR0346964	UNIDADE	50	R\$ 0,13	R\$ 6,50
27	CAPACITOR FIXO POLIÉSTER CAPACITÂNCIA NOMINAL: 100NF, TENSÃO NOMINAL: 100V, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0454133	UNIDADE	100	R\$ 0,82	R\$ 82,00
28	CAPACITOR TIPO: ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA: 1,00MICROF, TENSÃO: 450 VV Conforme informações complementares: CAPACITOR TIPO: ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA: 100 MICROF, TENSÃO: 450 V Capacitor eletrolítico para uso geral em Eletrônica. Valor de Capacitancia (Farads): 100u Tensão máxima de operação do Capacitor: 450V Temperatura: 105° C	BR0634294	UNIDADE	20	R\$ 16,29	R\$ 325,80
29	CAPACITOR TIPO: ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA: 10MICROF, TENSÃO: 50 V Conforme informações complementares: Capacitor eletrolítico para uso geral em Eletrônica Valor de Capacitancia (Farads): 10u Tensão máxima de operação do Capacitor: 50V	BR0398754	UNIDADE	50	R\$ 0,24	R\$ 12,00
30	CAPACITOR FIXO POLIÉSTER CAPACITÂNCIA NOMINAL: 150NF, TENSÃO NOMINAL: 50V, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0393662	UNIDADE	20	R\$ 0,79	R\$ 15,80

31	CAPACITOR FIXO POLIÉSTER CAPACITÂNCIA NOMINAL: 220NF, TENSÃO NOMINAL: 50V, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0393658	UNIDADE	20	R\$ 1,22	R\$ 24,40
32	CAPACITOR FIXO POLIÉSTER CAPACITÂNCIA NOMINAL: 22NF, TENSÃO NOMINAL: 250V, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0362375	UNIDADE	20	R\$ 0,49	R\$ 9,80
33	CAPACITOR TIPO: ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA: 3,3MICROF, TENSÃO: 50 V	BR0600843	UNIDADE	20	R\$ 0,18	R\$ 3,60
34	CAPACITOR FIXO CERÂMICO TENSÃO NOMINAL: 50V, APLICAÇÃO: PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL: 390PF, TOLERÂNCIA: +/- 10%PER Conforme informações complementares: Capacitor cerâmico para uso geral em Eletrônica Valor de Capacitância (Farads): 390p Tensão de operação do Capacitor: 50V	BR0632622	UNIDADE	100	R\$ 0,14	R\$ 14,00
35	CAPACITOR FIXO POLIÉSTER CAPACITÂNCIA NOMINAL: 470NF, TENSÃO NOMINAL: 250V, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0369524	UNIDADE	20	R\$ 1,03	R\$ 20,60
36	CAPACITOR TIPO: ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA: 47MICROF, TENSÃO: 63 V Conforme informações complementares: capacitor eletrolítico C11= 47micro faradays, 63v, 105°C	BR0607410	UNIDADE	10	R\$ 0,54	R\$ 5,40
37	CAPACITOR TIPO: ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA: 47MICROF, TENSÃO: 50 V	BR0398807	UNIDADE	20	R\$ 0,35	R\$ 7,00

38	CAPACITOR FIXO CERÂMICO TENSÃO NOMINAL: 50V, APLICAÇÃO: PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL: 56NF	BR0600829	UNIDADE	20	R\$ 0,13	R\$ 2,60
39	CAPACITOR FIXO POLIÉSTER CAPACITÂNCIA NOMINAL: 680NF, TENSÃO NOMINAL: 100V, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA Conforme informações complementares: Capacitor poliéster para uso geral em Eletrônica Valor de Capacitância (Farads): 680nano Tensão de operação do Capacitor: 100V	BR0632469	UNIDADE	100	R\$ 1,58	R\$ 158,00
40	POTENCIÔMETRO MULTIVOLTAS RESISTÊNCIA NOMINAL: 10KOHM, COMPRIMENTO: 30MM, LARGURA: 2MM, REFERÊNCIA: WXD3-13- 2W, TIPO: MULTIVOLTAS Conforme informações complementares: Potenciômetro multivoltas, referência Wxd3-13-2w 10kohm, comprimento do eixo 30 mm e diâmetro de 2mm	BR0607329	UNIDADE	32	R\$ 24,54	R\$ 785,28
41	RESISTOR CARBONO RESISTÊNCIA NOMINAL: 1K8OHM, POTÊNCIA NOMINAL: 1/4W, TIPO: FIXO, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0393593	UNIDADE	30	R\$ 0,11	R\$ 3,30
42	RESISTOR CARBONO RESISTÊNCIA NOMINAL: 7K5 OHMKOHM, POTÊNCIA NOMINAL: 1/4W, TIPO: FIXO, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0600569	UNIDADE	30	R\$ 0,14	R\$ 4,20
43	RESISTOR CARBONO RESISTÊNCIA NOMINAL: 5K6OHM, POTÊNCIA NOMINAL: 1/4W, TIPO: FIXO, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0393597	UNIDADE	30	R\$ 0,12	R\$ 3,60
44	RESISTOR CARBONO RESISTÊNCIA NOMINAL: 390OHM, POTÊNCIA NOMINAL: 1/4W, TIPO:	BR0393554	UNIDADE	30	R\$ 0,10	R\$ 3,00

	FIXO, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA					
45	RESISTOR CARBONO RESISTÊNCIA NOMINAL: 150OHM, POTÊNCIA NOMINAL: 1/4W, TIPO: FIXO, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0393545	UNIDADE	200	R\$ 0,09	R\$ 18,00
46	RESISTOR CARBONO RESISTÊNCIA NOMINAL: 220OHM, POTÊNCIA NOMINAL: 1/4W, TIPO: FIXO, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0393553	UNIDADE	200	R\$ 0,11	R\$ 22,00
47	RESISTOR CARBONO RESISTÊNCIA NOMINAL: 270OHM, POTÊNCIA NOMINAL: 1/4W, TIPO: FIXO, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0393551	UNIDADE	200	R\$ 0,08	R\$ 16,00
48	RESISTOR CARBONO RESISTÊNCIA NOMINAL: 3K9OHM, POTÊNCIA NOMINAL: 1/4W, TIPO: FIXO, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0393594	UNIDADE	30	R\$ 0,09	R\$ 2,70
49	RESISTOR CARBONO RESISTÊNCIA NOMINAL: 330OHM, POTÊNCIA NOMINAL: 1/4W, TIPO: FIXO, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0393546	UNIDADE	100	R\$ 0,12	R\$ 12,00
50	TRANSISTOR APLICAÇÃO: PRÁTICAS ELETRÔNICAS, TIPO: MOSFET, REFERÊNCIA 1: 12NM50 Conforme informações complementares: Transistor 12NM50 - STP12NM50 encapsulamento TO-220	BR0620996	UNIDADE	100	R\$ 42,75	R\$ 4.275,00
51	TRANSISTOR APLICAÇÃO: PRÁTICAS ELETRÔNICAS, TIPO: MOSFET, REFERÊNCIA 1: 18N50 Conforme informações complementares: Transistor 18N50 - encapsulamento TO-220	BR0620995	UNIDADE	50	R\$ 11,40	R\$ 570,00
52	TRANSISTOR REFERÊNCIA: BC 547, TENSÃO TRABALHO: 45V, APLICAÇÃO: PRÁTICAS ELETRÔNICAS, POTÊNCIA MÁXIMA: 500MW, CORRENTE SAÍDA: 200MA	BR0248447	UNIDADE	100	R\$ 0,27	R\$ 27,00

	Conforme informações complementares: Transistor Amplificador NPN BC547					
53	TRANSISTOR REFERÊNCIA: IRF 840 Conforme informações complementares: IRF840 - Transistor Mosfet, NPN, 500V/8A encapsulamento TO-220	BR0319846	UNIDADE	20	R\$ 6,22	R\$ 124,40
54	INDUTOR RÁDIO-FREQUÊNCIA APLICAÇÃO: ENSAIO EM CIRCUITOS ELETRÔNICOS, INDUTÂNCIA: 33UH, TIPO: AXIAL	BR0601093	UNIDADE	20	R\$ 0,55	R\$ 11,00
55	INDUTOR RÁDIO-FREQUÊNCIA APLICAÇÃO: ENSAIO EM CIRCUITOS ELETRÔNICOS, INDUTÂNCIA: 0,68UH, TIPO: AXIAL	BR0601092	UNIDADE	20	R\$ 0,56	R\$ 11,20
56	INDUTOR RÁDIO-FREQUÊNCIA MATERIAL NÚCLEO: FERRITE, MATERIAL ESPIRAS: COBRE ELETROLÍTICO ESMALTADO, APLICAÇÃO: MONTAGEM DE CIRCUITOS IMPRESSOS, ENCAPSULAMENTO: MINIATURA AXIAL, INDUTÂNCIA: 100UH EM 1KHZ, TOLERÂNCIA: 10PER	BR0263137	UNIDADE	20	R\$ 0,76	R\$ 15,20
57	INDUTOR RÁDIO-FREQUÊNCIA MATERIAL NÚCLEO: FERRITE, MATERIAL ESPIRAS: COBRE ELETROLÍTICO ESMALTADO, APLICAÇÃO: MONTAGEM DE CIRCUITOS IMPRESSOS, ENCAPSULAMENTO: MINIATURA AXIAL, INDUTÂNCIA: 470UH EM 1KHZ, TOLERÂNCIA: 10PER	BR0263139	UNIDADE	20	R\$ 0,82	R\$ 16,40
58	INDUTOR RÁDIO-FREQUÊNCIA MATERIAL NÚCLEO: FERRITE, MATERIAL ESPIRAS: COBRE ELETROLÍTICO ESMALTADO,	BR0263138	UNIDADE	20	R\$ 0,74	R\$ 14,80

	APLICAÇÃO: MONTAGEM DE CIRCUITOS IMPRESSOS, ENCAPSULAMENTO: MINIATURA AXIAL, INDUTÂNCIA: 220UH EM 1KHZ, TOLERÂNCIA: 10PER					
59	INDUTOR RÁDIO-FREQUÊNCIA MATERIAL NÚCLEO: FERRITE, MATERIAL ESPIRAS: COBRE ELETROLÍTICO ESMALTADO, APLICAÇÃO: MONTAGEM DE CIRCUITOS IMPRESSOS, ENCAPSULAMENTO: MINIATURA AXIAL, INDUTÂNCIA: 47UH EM 1KHZ, TOLERÂNCIA: 10PER	BR0263136	UNIDADE	20	R\$ 0,59	R\$ 11,80
60	INDUTOR RÁDIO-FREQUÊNCIA MATERIAL NÚCLEO: FERRITE, MATERIAL ESPIRAS: COBRE ELETROLÍTICO ESMALTADO, APLICAÇÃO: MONTAGEM DE CIRCUITOS IMPRESSOS, ENCAPSULAMENTO: MINIATURA AXIAL, INDUTÂNCIA: 0,22UH EM 1KHZ, TOLERÂNCIA: 10PER	BR0263141	UNIDADE	50	R\$ 0,60	R\$ 30,00
61	INDUTOR RÁDIO-FREQUÊNCIA APLICAÇÃO: ENSAIO EM CIRCUITOS ELETRÔNICOS, INDUTÂNCIA: 0,33UH, TIPO: AXIAL Conforme informações complementares: Indutor axial para uso geral em eletrônica Valor de Indutância (Henrys): 0.33u Tolerância no valor nominal do indutor: 10%	BR0634301	UNIDADE	50	R\$ 1,10	R\$ 55,00
62	INDUTOR RÁDIO-FREQUÊNCIA MATERIAL NÚCLEO: FERRITE, MATERIAL ESPIRAS: COBRE ELETROLÍTICO ESMALTADO, APLICAÇÃO: MONTAGEM DE CIRCUITOS IMPRESSOS, ENCAPSULAMENTO:	BR0263134	UNIDADE	50	R\$ 0,70	R\$ 35,00

	MINIATURA AXIAL, INDUTÂNCIA: 10UH EM 1KHZ, TOLERÂNCIA: 10PER					
63	INDUTOR RÁDIO- FREQUÊNCIA MATERIAL NÚCLEO: FERRITE, MATERIAL ESPIRAS: COBRE ELETROLÍTICO ESMALTADO, APLICAÇÃO: MONTAGEM DE CIRCUITOS IMPRESSOS, ENCAPSULAMENTO: MINIATURA AXIAL, INDUTÂNCIA: 22UH EM 1KHZ, TOLERÂNCIA: 10PER	BR0263135	UNIDADE	100	R\$ 0,87	R\$ 87,00
64	INDUTOR RÁDIO- FREQUÊNCIA MATERIAL NÚCLEO: FERRITE, APLICAÇÃO: MONTAGEM DE CIRCUITO ELETRÔNICO, ENCAPSULAMENTO: MINIATURA AXIAL, INDUTÂNCIA: 330 MICROHENRY, TIPO: AXIAL	BR0461519	UNIDADE	50	R\$ 0,69	R\$ 34,50
65	INDUTOR RÁDIO- FREQUÊNCIA MATERIAL NÚCLEO: FERRITE, MATERIAL ESPIRAS: COBRE ELETROLÍTICO ESMALTADO, APLICAÇÃO: MONTAGEM DE CIRCUITOS IMPRESSOS, ENCAPSULAMENTO: MINIATURA AXIAL, INDUTÂNCIA: 4,7UH EM 1KHZ, TOLERÂNCIA: 10PER	BR0263133	UNIDADE	50	R\$ 0,68	R\$ 34,00
66	CIRCUITO INTEGRADO REFERÊNCIA 4: 74HC273, QUANTIDADE PINOS: 20, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA Conforme informações complementares: CI com 8 Flip Flop tipo D, QUANTIDADE PINOS 20, APLICAÇÃO ELETRÔNICA	BR0634133	UNIDADE	40	R\$ 2,24	R\$ 89,60
67	CIRCUITO INTEGRADO REFERÊNCIA: 555 TEMPORIZADOR, QUANTIDADE PINOS: 8, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0257246	UNIDADE	25	R\$ 1,39	R\$ 34,75

68	CIRCUITO INTEGRADO REFERÊNCIA: 74LS138, QUANTIDADE PINOS: 16, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0261850	UNIDADE	30	R\$ 2,52	R\$ 75,60
69	CIRCUITO INTEGRADO QUANTIDADE PINOS: 14, CORRENTE NOMINAL: 4MA, ENCAPSULAMENTO: DIP, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 2V, TECNOLOGIA: TTL (TRANSISTOR- TRANSISTOR LOGIC), REFERÊNCIA 3: 74LS164 Conforme informações complementares: Registrador de contagem de deslocamentos 8-Bit Shift	BR0433762	UNIDADE	40	R\$ 3,21	R\$ 128,40
70	CIRCUITO INTEGRADO ENCAPSULAMENTO: DIP, TECNOLOGIA: CMOS (COMPLEMENTARY METAL OXIDE SILICON), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PORTAS LÓGICAS, SUB- FAMÍLIA: CD Conforme informações complementares: Quatro Flip-Flops tipo D CMOS 40175 DIP 16	BR0424137	UNIDADE	40	R\$ 1,40	R\$ 56,00
71	CIRCUITO INTEGRADO REFERÊNCIA 4: TP3057, QUANTIDADE PINOS: 16, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA	BR0634134	UNIDADE	30	R\$ 5,90	R\$ 177,00
72	DIODO RETIFICADOR MATERIAL: SILÍCIO, TIPO: 1N 4148, TENSÃO: VDC 75V, APLICAÇÃO: RETIFICAÇÃO DE SINAL	BR0292282	UNIDADE	50	R\$ 0,13	R\$ 6,50
73	DIODO RETIFICADOR APLICAÇÃO: MONTAGEM DE CIRCUITOS ELETRONICOS, MODELO: MUR860, CORRENTE NOMINAL: 8A, TENSÃO NOMINAL: 600V Conforme informações complementares: Diodo Retificador MUR860 encapsulamento TO-220	BR0620997	UNIDADE	20	R\$ 3,50	R\$ 70,00

74	<p>DIODO RETIFICADOR TIPO: 1N 4007, APLICAÇÃO: MONTAGEM DE CIRCUITOS ELETRONICOS</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>Semicondutor Diodo Retificador, 1N4007 PTH, encapsulamento DO-41.</p>	BR0387051	UNIDADE	50	R\$ 0,15	R\$ 7,50
75	<p>COMPONENTE ELETRÔNICO - DISPLAY 7 SEGMENTOS MODELO: CATODO COMUM, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA DIGITAL, LÓGICA SEQUÊNCIAL</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>Display 7 Segmentos Catodo Comum 0,56"</p>	BR0379868	UNIDADE	30	R\$ 5,41	R\$ 162,30
76	<p>COMPONENTE ELETRÔNICO - DISPLAY 7 SEGMENTOS MODELO: ANODO COMUM, 4 DÍGITOS, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA DIGITAL, LÓGICA SEQUÊNCIAL</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>COMPONENTE ELETRÔNICO - DISPLAY 7 SEGMENTOS MODELO: 4 DÍGITOS; TIPO: ANODO COMUM, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA DIGITAL, LÓGICA SEQUÊNCIAL; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM 2 PONTOS (:) ENTRE O SEGUNDO E TERCEIRO DÍGITOS</p> <p>Display 7 Segmentos 4 Dígitos Anodo Comum sem 2 pontos (:) entre o segundo e terceiro dígitos 0,56"</p>	BR0634765	UNIDADE	30	R\$ 5,61	R\$ 168,30
77	<p>MÓDULO ELETRÔNICO TIPO 1: DISPLAY OLED, MODELO 1: OLED 128X64 PX 0.96, USO: ARDUÍNO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 4 PINOS</p> <p>Conforme informações</p>	BR0634299	UNIDADE	30	R\$ 26,27	R\$ 788,10

	complementares: Display OLED 128x64 PX 0.96 - 4 pinos					
78	FUSÍVEL LIMITADOR CORRENTE TENSÃO NOMINAL: 250V, CORRENTE NOMINAL: 6,3A, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RADIAL, AÇÃO: RETARDADA Conforme informações complementares: Fusível soldável 6,3A Retardado Schurter	BR0622187	UNIDADE	100	R\$ 11,52	R\$ 1.152,00
79	FUSÍVEL VIDRO CORRENTE NOMINAL: 0,2A, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA, TENSÃO NOMINAL: 250V, DIÂMETRO NOMINAL: 5MM, COMPRIMENTO NOMINAL: 20MM Conforme informações complementares: Fusível de Vidro, 5x20mm, 250V, 0,2A	BR0611351	UNIDADE	100	R\$ 0,32	R\$ 32,00
80	FUSÍVEL VIDRO CORRENTE NOMINAL: 0,50A, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA, TAMANHO: 20MM Conforme informações complementares: Fusível de Vidro, 5x20mm, 250V, 0,5A	BR0327437	UNIDADE	100	R\$ 0,27	R\$ 27,00
81	DIODO EMISSOR LUZ COR: AMARELA, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA, TENSÃO MÁXIMA: 3,5V, DIÂMETRO NOMINAL: 3MM, CORRENTE NOMINAL: 20MA, INVÓLUCRO: TRANSLÚCIDO Conforme informações complementares: LED Amarelo 3 mm difuso com corpo na cor Amarela, 2 terminais	BR0411195	UNIDADE	50	R\$ 0,23	R\$ 11,50
82	DIODO EMISSOR LUZ DIÂMETRO NOMINAL: 5MM Conforme informações	BR0422685	UNIDADE	50	R\$ 0,21	R\$ 10,50

	complementares: LED Amarelo 5 mm difuso na cor Amarela					
83	DIODO EMISSOR LUZ COR: AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FOCO DIFUSO, QUANTIDADE TERMINAIS: 3, TENSÃO MÁXIMA: 2,1V, DIÂMETRO NOMINAL: 3MM, CORRENTE NOMINAL: 20MA Conforme informações complementares: LED Azul de 3mm, foco difuso, 2 terminais , corpo na cor azul	BR0452867	UNIDADE	50	R\$ 0,23	R\$ 11,50
84	DIODO EMISSOR LUZ DIÂMETRO NOMINAL: 5MM Conforme informações complementares: LED alto brilho de 5mm. 20mA. Cor azul	BR0422685	UNIDADE	50	R\$ 0,25	R\$ 12,50
85	DIODO EMISSOR LUZ DIÂMETRO NOMINAL: 5MM Conforme informações complementares: LED alto brilho de 5mm. 20mA. Cor branca.	BR0422685	UNIDADE	50	R\$ 0,25	R\$ 12,50
86	DIODO EMISSOR LUZ COR: VERDE, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA, TENSÃO MÁXIMA: 3,5V, DIÂMETRO NOMINAL: 3MM, CORRENTE NOMINAL: 20MA, INVÓLUCRO: TRANSLÚCIDO Conforme informações complementares: LED ALTO BRILHO Verde 3 mm	BR0411196	UNIDADE	50	R\$ 0,21	R\$ 10,50
87	DIODO EMISSOR LUZ DIÂMETRO NOMINAL: 5MM Conforme informações complementares: LED Verde 5 mm Corpo	BR0422685	UNIDADE	50	R\$ 0,23	R\$ 11,50

	Fosco na cor Verde					
88	DIODO EMISSOR LUZ COR: VERMELHO, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA, TENSÃO MÁXIMA: 3,5V, DIÂMETRO NOMINAL: 3MM, CORRENTE NOMINAL: 20MA, INVÓLUCRO: TRANSLÚCIDO Conforme informações complementares: LED ALTO BRILHO Vermelho 3 mm	BR0411194	UNIDADE	50	R\$ 0,23	R\$ 11,50
89	DIODO EMISSOR LUZ DIÂMETRO NOMINAL: 5MM Conforme informações complementares: LED Vermelho 5 mm Corpo Fosco na cor Vermelha	BR0422685	UNIDADE	50	R\$ 0,23	R\$ 11,50
90	MÓDULO ELETRÔNICO TIPO: PADRÃO USB MACHO TIPO A, MODELO: CONVERSOR USB PARA TTL, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 5V, COMPONENTES: CONECTOR 6 PINOS, CHIP CH340 Conforme informações complementares: Módulo Conversor FTDI FT232RL USB/Serial	BR0440911	UNIDADE	40	R\$ 17,23	R\$ 689,20
91	MÓDULO ELETRÔNICO TIPO: MÓDULO SENSOR ENCODER ROTATIVO, MODELO: KEYES KY-040, APLICAÇÃO: LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO PROTOTIPAGEM DE CIRCUITOS, FAIXA CORRENTE: 10MA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESOLUÇÃO: 20 PULSOS POR REVOLUÇÃO, TENSÃO OPERAÇÃO: 5V Conforme informações complementares:	BR0460830	UNIDADE	40	R\$ 8,33	R\$ 333,20

	Encoder Decoder KY-040 Rotacional; Resolução: 20 pulsos por revolução; Tensão de operação: 5V; Corrente max: 10mA; Rotação contínua (sem limite); Dimensões: 32 x 19 x 30mm.					
92	MÓDULO ELETRÔNICO TIPO: SERIAL I2C PARA DISPLAY LCD, MODELO: DISPLAY LCD, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 5V, COMPONENTES: TRIMPOT DE AJUSTE DE CONTRASTE Conforme informações complementares: Módulo Adaptador I2C Para Display LCD com display LCD 16x2, backlight azul	BR0440909	UNIDADE	10	R\$ 25,75	R\$ 257,50
93	MÓDULO ELETRÔNICO TIPO 1: MÓDULO BUZZER, MODELO 1: 5V 3 PINOS, USO: ARDUÍNO	BR0634298	UNIDADE	50	R\$ 6,36	R\$ 318,00
94	MÓDULO ELETRÔNICO TIPO 1: MÓDULO JOYSTICK, MODELO 1: KY-023, USO: ARDUÍNO	BR0622306	UNIDADE	50	R\$ 7,53	R\$ 376,50
95	MÓDULO ELETRÔNICO TIPO 1: MÓDULO LEITOR DE TEMPERATURA, USO: ARDUÍNO E ROBOTICA, REFERÊNCIA FABRICANTE: MAX6675, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SENSOR DE TEMPERATURA TERMOPAR TIPO K	BR0634296	UNIDADE	10	R\$ 42,23	R\$ 422,30
96	MÓDULO ELETRÔNICO TIPO: PLACA CIRCUITO INTEGRADO, USO: ARDUÍNO E ROBOTICA, APLICAÇÃO: DRIVER MOTOR PONTE H L298N, FAIXA CORRENTE: 36MA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIMENSÕES 43MM X 43MM X 27MM, POTÊNCIA NOMINAL: 25W, TENSÃO OPERAÇÃO: 5V, TEMPERATURA TRABALHO: -20°C A 135°C	BR0475154	UNIDADE	20	R\$ 23,78	R\$ 475,60

97	<p>MÓDULO ELETRÔNICO TIPO: MÓDULO RELÉ, MODELO 1: 5V 1 CANAL, USO: ARDUÍNO E ROBOTICA</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>Módulo Relé 1 Canal 5V 10A com Led Indicador</p>	BR0634297	UNIDADE	20	R\$ 8,26	R\$ 165,20
98	<p>MOTOR ELÉTRICO TIPO: MICRO MOTOR, MODELO: CILÍNDRICO, APLICAÇÃO: PROJETOS COM ARDUINO E CONSTRUÇÃO DE ROBÔS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAIXA DE REDUÇÃO E EIXO DUPLO, TENSÃO NOMINAL: 3 A 6V</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>Motor DC 6V 48:1 - Ângulo Arduino; Tensão de alimentação: 3V a 6V; Corrente em aberto: 200mA e 6V (130mA e 6V); Corrente de stall: 2A e 6V (1A e 3V); Relação de caixa de redução: 48:1; Velocidade: 65 RPM e 3V sem carga</p>	BR0440484	UNIDADE	10	R\$ 13,63	R\$ 136,30
99	<p>MOTOR ELÉTRICO TIPO: DE PASSO, MODELO: AK23/7, APLICAÇÃO: CENTRÍFUGA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SELAGEM ESPECIAL SIST. PNEUMÁTICO, TORQUE MOTOR: 7,0KGF, CORRENTE NOMINAL: 1,4A, TENSÃO NOMINAL: 3,5V, FORMA CONSTRUTIVA: MONTADO EM TORRE METÁLICA, DESLOCAMENTO ANGULAR: 1,8°</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>Motor DC 6V com Encoder; Tensão: 6V DC; Velocidade: 100, 210 ou 300 RPM; Diâmetro do eixo: 4mm; Comprimento do eixo: 12mm; Máxima</p>	BR0431750	UNIDADE	10	R\$ 111,78	R\$ 1.117,80

	eficiência: 1.0kg.cm/80rpm/1.7W/0.5A ; Máximo torque: 3.0kg.cm/55rpm/2.8W/1.0A ; Cabo de conexão: 6 fios; Comprimento do cabo: 20 cm; Comprimento total motor e eixo: 73mm; Diâmetro do motor: 25mm; Encoder integrado					
100	MOTOR ELÉTRICO TIPO: SERVO MOTOR, MODELO: SG 5010, APLICAÇÃO: ARDUÍNO E ROBOTICA, TENSÃO NOMINAL: 4,8 A 6V Conforme informações complementares: Servo Tower Pro SG-5010 + Acessórios Tensão de Operação: 4,8 – 6,0v; Modulação: Analógica; – Velocidade: 0,17 seg/60° (4,8v) e 0,14 seg/60° (6,0v); Torque máximo: 8,0 kg.cm (4,8v) e 11,0 kg.cm (6,0v); Temperatura de Operação: -20°C ~ 60°C; Dimensões: 40,1×20,3×43,2 mm; Peso: 38g; Faixa de Rotação: 180°; Tamanho cabo: 30 cm.	BR0634278	UNIDADE	10	R\$ 37,56	R\$ 375,60
101	ACESSÓRIOS PARA ESTUDO/TREINAMENTO TIPO: KIT ARDUINO LILYPAD, APLICAÇÃO: KIT PROTOTIPAGEM / VESTÍVEIS Conforme informações complementares: com microcontrolador ATmega32U4 e micro USB	BR0634800	UNIDADE	30	R\$ 66,07	R\$ 1.982,10
102	CIRCUITO INTEGRADO REFERÊNCIA 3: RASPBERRY PI, APLICAÇÃO: MONTAGEM CIRCUITO ELETRÔNICO, TIPO: MICROCONTROLADOR, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 5V Conforme informações complementares: Kit contendo: 01x Raspberry Pi 5 16GB 01x Fonte Chaveada 5V	BR0427776	UNIDADE	10	R\$ 1.407,78	R\$ 14.077,80

	3A com Conector USB-C 01x Cabo micro HDMI x HDMI 01x Cartão de Memória MicroSD 32GB Classe 10 SDXC					
103	PLACA MONTAGEM CIRCUITO ELETRÔNICO MATERIAL: FENOLITE VIRGEM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FACE SIMPLES, ILHADA E PERFURADA, APLICAÇÃO: PRÁTICAS ELETRÔNICAS, DIMENSÕES: 10 X 20CM, TIPO: PROTOBOARD	BR0635094	UNIDADE	30	R\$ 26,60	R\$ 798,00
104	VENTOINHA MATERIAL: PLÁSTICO, FORMATO: COOLER, TENSÃO: 5V, DIMENSÕES: 30 X 30 X 10MM, APLICAÇÃO: RASPBERRY Conforme informações complementares: Cooler Ventoinha DC - 5V – 30x30x10mm	BR0634618	UNIDADE	50	R\$ 17,80	R\$ 890,00
105	MÓDULO ELETRÔNICO TIPO: SENSOR DE PRESSÃO, UMIDADE E TEMPERATURA, USO: ARDUÍNO E ROBOTICA, REFERÊNCIA FABRICANTE: BME280 Conforme informações complementares: Sensor BME280 Pressão, Temperatura e Umidade; C.I: BME280; Tensão de operação: 1,8 a 3,6VDC; Faixa de Umidade: 0 a 100%; Faixa de Temperatura: -40 a 85°C; Faixa de Pressão: 300 a 1100hPa; Precisão da umidade: 0,008%; Precisão da temperatura: 0,01°C; Precisão da pressão: +/- 1Pa; Comunicação: I2C.	BR0601454	UNIDADE	10	R\$ 45,61	R\$ 456,10
106	SENSOR ELETRÔNICO TIPO SENSOR: FLUXO DE ÁGUA, REFERÊNCIA: YF-S201, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PADRÃO:1/2?, TIPO: EFEITO HALL,	BR0601247	UNIDADE	5	R\$ 38,43	R\$ 192,15

	<p>APLICAÇÃO: ARDUÍNO E ROBOTICA</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>Sensor de Fluxo de Água de 1/2"; Modelo: YF-S201; Tipo de sensor: Efeito Hall; Tensão de operação: 5V a 18V; Fluxo de Água: 1 a 30 litros / minuto; Temperatura de operação: -25 a + 80 °C; Precisão: ± 10%; Rosca externa: 1/2"; Pressão da água máxima: 2.0 MPa; Comprimento do cabo: 15cm; Dimensões aproximadas: 6,2 x 3,6 x 3,4 cm (CxLxA)</p>					
107	<p>MALHA DESSOLDADORA LARGURA: 3MM, COMPRIMENTO: 1,50M</p>	BR0601207	UNIDADE	4	R\$ 20,43	R\$ 81,72
108	<p>FLUXO SOLDA ASPECTO FÍSICO: PASTOSO, APLICAÇÃO: PLACAS CIRCUITO IMPRESSO, PRAZO VALIDADE: INDETERMINADO</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>Pasta/Fluxo de soldagem substância pastosa, que serve para eliminar a camada de óxido de cobre existente sobre o objeto a ser soldado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ideal para auxiliar no processo de soldagem/dessoldagem; - Não deteriora e não seca. <p>Embalagem contendo 10g</p>	BR0467332	UNIDADE	32	R\$ 13,10	R\$ 419,20
109	<p>TUBO ISOLANTE TIPO: ESPAGUETE TERMO-RETRÁTIL, COR: PRETA</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>Isolante Termo Retrátil, diâmetro 3,2 mm</p>	BR0330313	METRO	10	R\$ 2,01	R\$ 20,10
110	<p>TUBO ISOLANTE TIPO: ESPAGUETE TERMO-RETRÁTIL, DIÂMETRO: 4MM, COR: PRETA, ESPESSURA: 0,4MM, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA, MATERIAL ISOLANTE BÁSICO: PVC</p> <p>Conforme informações</p>	BR0393464	METRO	15	R\$ 1,75	R\$ 26,25

	complementares: Isolante Termo Retrátil, diâmetro 4mm					
111	TUBO ISOLANTE TIPO: ESPAGUETE TERMO- RETRÁTIL, ESPESSURA: 0,4MM, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA, DIÂMETRO NOMINAL: 2,5MM Conforme informações complementares: Tubo Isolante Tipo: Espaguete Termo-Retrátil, Espessura: 0,4MM, Aplicação: Eletrônica, Diâmetro Nominal: 2,5MM	BR0472576	METRO	5	R\$ 1,57	R\$ 7,85
112	TUBO ISOLANTE TIPO: ESPAGUETE TERMO- RETRÁTIL, ESPESSURA: 0,4MM, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA, DIÂMETRO NOMINAL: 1,5MM Conforme informações complementares: Tubo Isolante Tipo: Espaguete Termo-Retrátil, Espessura: 0,4MM, Aplicação: Eletrônica, Diâmetro Nominal: 1,5MM	BR0472575	METRO	5	R\$ 1,41	R\$ 7,05
113	TUBO ISOLANTE TIPO: ESPAGUETE TERMO- RETRÁTIL, ESPESSURA: 0,4MM, APLICAÇÃO: ELETRÔNICA, DIÂMETRO NOMINAL: 6MM Conforme informações complementares: Tubo Isolante Tipo: Espaguete Termo-Retrátil, Espessura: 0,4MM, Aplicação: Eletrônica, Diâmetro Nominal: 6MM	BR0472574	METRO	5	R\$ 2,39	R\$ 11,95
114	LUPA TIPO: DE MESA C/ ILUMINAÇÃO LED, FORMATO: REDONDA, FAIXA AMPLIAÇÃO: MÍNIMO 10 VEZES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BRAÇO REGULÁVEL E ARTICULÁVEL, TENSÃO: 127/220V Conforme informações	BR0440804	UNIDADE	15	R\$ 113,69	R\$ 1.705,35

	complementares: Lupa De Mesa E Bancada Com Luminária, Com Fonte Bivolt e ampliação de 10x , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM BRAÇO REGULÁVEL E ARTICULÁVEL, TENSÃO:127/220 V e suporte para fixação de placa					
115	LUPA TIPO: PORTÁTIL, FORMATO: REDONDA, FAIXA AMPLIAÇÃO: 2 E 6 VEZES, DIÂMETRO: 8,5CM, MATERIAL: ACRÍLICO Conforme informações complementares: Lupa de Mão com iluminação de LED, Aumento mínimo: 2X	BR0483035	UNIDADE	10	R\$ 66,25	R\$ 662,50
116	ADAPTADOR TIPO: MACHO-FÊMEA, APLICAÇÃO: USO EM VÍDEO, MATERIAL: METÁLICO, CONECTOR: DVI-HDMI Conforme informações complementares: Adaptador Tipo: Macho-Fêmea, Aplicação: Uso Em Vídeo, Material: Metálico, Conector: Dvi-Hdmi Descrição Complementar: Adaptador DVI-D Macho x HDMI Fêmea	BR0389986	UNIDADE	20	R\$ 17,76	R\$ 355,20
117	CABO CONEXÃO MATERIAL: COBRE ESTANHADO, SEÇÃO NOMINAL: 4MM2, TIPO CONEXÃO: BANANA S/ ISOLAÇÃO, JACARÉ PEQUENO, REVESTIMENTO: PVC MÉDIA FLEX, TENSÃO ISOLAMENTO: 1000V, CORRENTE NOMINAL: 16A, COMPRIMENTO CABO: 1020MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABERTURA DO JACARÉ: 6 MM	BR0323937	UNIDADE	10	R\$ 25,71	R\$ 257,10
118	CABO CONEXÃO COMPRIMENTO CABO: 1M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABERTURA DO JACARÉ: 6 MM,	BR0393979	UNIDADE	5	R\$ 41,23	R\$ 206,15

	<p>APLICAÇÃO: PRÁTICAS ELETRÔNICAS, USO: PARA GERADOR DE FUNÇÃO, CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PADRÃO DE CONEXÃO BNC-JACARÉ PEQUENO, CABO INJETAD, IMPEDÂNCIA: 500HMS +/- 2.5 OHMS//115PF, ATENUAÇÃO: 0.1DB/M(30MHZ)0.264DB/M(200MHZ), ISOLAÇÃO: 10000KOHMS * KM, DIÂMETRO EXTERNO DO CONDUTOR: 5.0MM +/- 0.15MM</p>					
119	<p>CABO USB COMPRIMENTO: 5M, TIPO: COMPATÍVEL COM USB 2.0, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONECTORES TIPO A X MICRO USB</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>Comprimento mínimo: 3M; Tipo: Compatível Com Usb 2.0; Características Adicionais: Conectores Tipo A X Micro Usb, Adicional: COMPATÍVEL COM PLACAS DE DESENVOLVIMENTO ESP32</p>	BR0394904	UNIDADE	40	R\$ 45,45	R\$ 1.818,00
120	<p>CLIQUE BATERIA REFERÊNCIA: BGE-4</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>Clip Conector de bateria 9V Comprimento do cabo 15cm</p>	BR0331996	UNIDADE	50	R\$ 1,85	R\$ 92,50
121	<p>CONECTOR ÁUDIO-VÍDEO TIPO: P4 FÊMEA, APLICAÇÃO: EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>medidas: 2,1 X 5,5 mm</p>	BR0428038	UNIDADE	66	R\$ 4,22	R\$ 278,52
122	<p>CONECTOR ÁUDIO-VÍDEO TIPO: P4 MACHO, APLICAÇÃO: EQUIPAMENTOS</p>	BR0399894	UNIDADE	50	R\$ 3,36	R\$ 168,00

	<p>ELETRÔNICOS</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>medidas: 2,1 X 5,5 mm</p>					
123	<p>KIT ELETRÔNICO TIPO: JUMPERS FEMEA-FEMEA PARA PROJETOS ELETRÔNICOS COM, COMPONENTES: 40 JAMPER DE COBRE, COR MULTICOLORIDO, BITOLA 24"</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>Kit Jumper Fêmea Fêmea - 40 pçs; Tipo: Fêmea x Fêmea; Quantidade: 40 peças; Comprimento do Cabo: 12 cm; Secção do condutor: 24 AWG (0,2 mm²); Condutores totalmente revestidos;</p>	BR0442544	UNIDADE	10	R\$ 10,21	R\$ 102,10
124	<p>KIT ELETRÔNICO TIPO: JUMPERS MACHO-FEMEA PARA PROJETOS ELETRÔNICOS COM, COMPONENTES: 40 JAMPER DE COBRE, COR MULTICOLORIDO, BITOLA 24"</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>Kit Jumper Macho Fêmea - 40 pçs; Tipo: Macho x Fêmea; Quantidade: 40 peças; Comprimento do Cabo: 30 cm; Secção do condutor: 24 AWG (0,2 mm²); Condutores totalmente revestidos;</p>	BR0442543	UNIDADE	5	R\$ 13,85	R\$ 69,25
125	<p>FIO TELEFÔNICO TIPO: JUMPER TRANÇADO, MATERIAL CONDUTOR: COBRE, MATERIAL ISOLAMENTO: PVC, BITOLA: 22AWG, COMPRIMENTO: 150MM, APLICAÇÃO: MONTAGEM PROTOBOARD, CONECTORES:MACHO-MACHO</p> <p>Conforme informações complementares:</p> <p>jumpers flexíveis para protoboard (macho-macho). Cores diversas.</p>	BR0419031	UNIDADE	15	R\$ 7,97	R\$ 119,55

	Comprimento aproximado: 20cm Fornecido em embalagem plástica contendo 40 unidades					
Valor Total						R\$ 42.163,54

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da emissão da Nota de Empenho.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: [07722779000106-0-000001/2026];
- II) Data de publicação no PNCP: [25/04/2025];
- III) Id do item no PCA: [27/2026];
- IV) Classe/Grupo: [3439 - Suprimentos e acessórios para soldas fracas e fortes, 3610- Equipamento para impressão. duplicação e encadernação, 4140- Ventiladores, circuladores de ar e ventoinhas, 4310 - Bombas e compressores a vácuo, 4810 - Válvulas acionadas por força motriz, 5905 – Resistores, 5910 – Capacitores, 5920 - Fusíveis interruptores, isolantes e protetores, 5935 - Conectores Elétricos, 5961 - Dispositivos a semicondutor e placas associadas, 5962 - Microcircuitos Eletrônicos, 5963 - Módulos Eletrônicos, 5970 – Isoladores elétricos e materiais isolantes, 5998- Conjuntos elétricos e eletrônicos, placas, cartões e itens correlatos, 5999 - Componentes Elétricos e Eletrônicos Diversos, 6105 – Motores elétricos, 6130 - Conversores Elétricos Estáticos, 6140 - Baterias Recarregáveis, 6145 – Fios e cabos elétricos, 6150 – Equipamentos diversos para geração e distribuição de energia, 6650 - Instrumentos Óticos, equipamentos de teste, componentes e acessórios, 6910 - Acessórios para treinamento, 6940- Acessórios para treinamento de comunicações, 7060 – Peças e acessórios para computadores];
- V) Identificador da Futura Contratação: [154503-416/2026];

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Os bens devem ser, preferencialmente, entregues e acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, e que as mesmas utilize materiais recicláveis e/ou sejam recicláveis, indicados na embalagem o tipo de reciclagem, garantindo a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.2 Os materiais descritos no Termo de Referência deverão, sempre que possível, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e elaboração dos materiais e equipamentos.

4.1.3 A Contratada deverá atender, no que couber, aos critérios de Sustentabilidade Ambiental previstos na IN SLT/MP nº01, de 19 de janeiro de 2010.

Da exigência de amostra

4.2. Na presente contratação não será exigido amostra.

4.3. Poderão ser solicitados folders/catálogos para subsidiar a análise e aceitação, onde constem as características do material ofertado, para a verificação da compatibilidade com as especificações constantes no item 1.1 deste Termo de Referência, no local a ser indicado e no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas corridas e contadas da solicitação do pregoeiro no chat do Portal de Compras Governamentais.

4.3.1 Quando solicitado, a licitante deverá comprovar através de catálogos, especificações técnicas via site internet, folders, dentre outros, as especificações técnicas exigidas neste termo de referência, indicando o número da página correspondente de sua proposta e de seu material técnico. Para fins de entendimento técnico e averiguação da solução ofertada, o não cumprimento deste item poderá acarretar na desclassificação da licitante no certame.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.1 O pedido de prorrogação, devidamente justificado, deverá ser feita pelo e-mail adm-cecs@ufabc.edu.br.

5.3. Os bens deverão ser entregues, conforme quadro abaixo, no seguinte endereço :
Campus Santo André - Sede: Avenida dos Estados, 5001 – Bairro Bangu – Santo André
–SP- CEP 09210-580 ou Campus São Bernardo: Alameda da Universidade, s/n - Bairro
Anchieta - São Bernardo do Campo-SP - CEP 09606-045. A entrega deverá ser
realizada de segunda a sexta-feira das 9:00 as 11:00 e das 14:00 as 16:00 horas
mediante prévio agendamento, junto a Divisão Administrativa do CECS, nos telefones:
(11) 4996-7942 / 7941 ou através de e-mail: adm-cecs@ufabc.edu.br

5.3.1 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 1 (um) ano, ou a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Equipe de fiscalização do contrato

Papel	Nome	SIAPE
Gestor do contrato	Wanderlei Soares dos Santos	1546663
Gestor do contrato substituto	Andrei Aguilera Watanabe	1863704
Fiscal técnico	Wanderlei Soares dos Santos	1546663

Fiscal técnico substituto	Andrei Aguilera Watanabe	1863704
Fiscal administrativo	Ailton Marcos Lopes	3125474
Fiscal administrativo substituto	Devanil Segalotto	1941011

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias*

7.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento do valor da contratação).*

7.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa

jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante Documento de Ateste de Nota Fiscal (DANF), criado no sistema interno da UFABC (SIPAC)

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente responsável pelo recebimento e ateste da Nota Fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar;
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- 8.12.7 dados bancários para o pagamento via depósito.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14.1 A consulta tratada no subitem anterior deve ser realizada pelo responsável pelo recebimento e ateste da Nota Fiscal, e a cópia do SICAF deve ser anexada ao Documento de Ateste da Nota Fiscal (DANF).

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, o responsável pelo recebimento e ateste da Nota Fiscal deverá providenciar sua notificação, por escrito, para que a empresa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. *No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:*

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) / 365$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado e informado pelo demandante/fiscal do contrato no DANF.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/11/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação técnica

9.3. Para fins de habilitação técnica, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Qualificação Técnica

9.4. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.4.1 *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

9.4.1.1. *1 (um) ou mais atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a empresa fornecido bens ou produtos, aproximados em características, de pelo menos 10% (dez por cento) dos quantitativos a serem contratados.*

9.4.2 *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.*

9.4.3 *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.4.4 *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

Disposições gerais sobre habilitação

9.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.6. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 42.163,54 (Quarenta e dois mil cento e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.1 deste Termo de Referência.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Santo André, 26 de março de 2026.

Wanderlei Soares dos Santos
Chefe da Divisão dos Laboratórios Acadêmicos Secos
SIAPE: 1546663

Em cumprimento ao que prescreve o inciso II, do Artigo 14 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a Portaria UFABC nº. 326/2011, publicada no Boletim de Serviços nº. 175, de 03 de agosto de 2011, **APROVO** o presente TERMO DE REFERÊNCIA.

Santo André, 26 de março de 2026.

Prof^a. Dr^a. Roseli Frederigi Benassi

Diretora do CECS

ANEXO I.1
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 (cinco) dias* contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *1 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 2 (dois) meses.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.10 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.11 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.12 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1 *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2 *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de Santo André para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO I.2
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital **OU** Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**

ESTUDO PRELIMINAR Nº 11/2025 - CECS-DAd (11.01.12.08)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Santo André-SP, 07 de Novembro de 2025

(Assinado digitalmente em 07/11/2025 12:36)

WANDERLEI SOARES DOS SANTOS

CHEFE - TITULAR (Titular)

PG-DLAS (11.01.05.02)

Matrícula: ###466#3

Visualize o documento original em <http://sig.ufabc.edu.br/documentos/> informando seu número: **11**, ano: **2025**,
tipo: **ESTUDO PRELIMINAR**, data de emissão: **07/11/2025** e o código de verificação: **0c378f9ded**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

Estudo Técnico Preliminar 234/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23006.026905/2025-11

2. Descrição da necessidade

Este estudo visa analisar a necessidade de aquisição de materiais de consumo para utilização em aulas práticas dos cursos de graduação, que ocorrem nos Laboratórios Acadêmicos da UFABC, em condições e quantidades previamente estabelecidas, conforme; números de turmas oferecidas e quantidade de insumos remanescentes.

A necessidade destas aquisições se deve ao fato de que esses insumos são essenciais para o bom funcionamento das aulas práticas dos cursos de graduação.

A compra destes materiais de consumo busca garantir a realização contínua de experimentos e práticas de ensino, fundamentais na formação de discentes, dos diversos cursos de graduação ofertados pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC – UFABC.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
PROGRAD/DLAS	Wanderlei Soares dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos para as aquisições destes materiais de consumo como; descrição, especificações bem como média de preços, conforme Planilha (anexo I). As aquisições terão um valor estimado de até R\$ 41.703,32.

5. Levantamento de Mercado

Os materiais e insumos a serem adquiridos, são materiais comum com ampla oferta no mercado nacional e amplamente utilizado, por vários órgãos da administração pública e entidades privadas.

6. Descrição da solução como um todo

Este ETP tem como objeto a aquisição de materiais de consumo, os quais serão utilizados em aulas práticas experimentais que ocorrem nos laboratórios didáticos da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC – UFABC .

A forma de aquisição escolhida será a licitação, na modalidade pregão, na forma Eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns.

O valor estimado das aquisições é de até R\$ 41.703,32, constante no PAC 2025.

O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho em remessa única. Os materiais deverão ser entregues de segunda a sexta-feira das 9:00 as 11:00 e das 14:00 as 16:00 horas nos seguintes endereços: Campus Santo André - Sede: Avenida dos Estados, 5001 – Santa Terezinha – Santo André – SP- CEP 09210-580 ou Campus São Bernardo: Alameda da Universidade, s/n - Bairro Anchieta - São Bernardo do Campo-SP - CEP 09606-045. A data e horário da entrega deverão ser agendados previamente junto a Divisão Administrativa do CECS, nos telefones: (11) 4996-7942 /7941 ou através de e-mail: adm-cecs@ufabc.edu.br.

No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 1 (um ano), ou a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante. Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, pela área técnica demandante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

A descrição e especificações dos materiais a serem adquiridos, assim como as quantidades e disciplinas em que serão utilizadas, constam na Planilha I (anexo I) e estão presentes também no PAC 2025.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades de insumos, para cada item, foram previamente estabelecidas conforme; o levantamento dos números de turmas que serão oferecidas no período, e quantidade de insumos remanescentes nos estoques dos laboratórios didáticos da UFABC.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 41.703,32

Para a estimativa de preços e obtenção dos preços referenciais, primeiramente realizou-se, consulta ao Painel de Preços através da utilização do sítio eletrônico <http://paineldepacos.planejamento.gov.br>.

Contudo, foram localizados poucos materiais com descrição equivalente, e estes apresentaram valores muito abaixo do praticado no mercado.

Sendo assim, afim de minimizar a possibilidade de fracasso na licitação, os valores de preços dos materiais foram obtidos por pesquisa e levantamento da média de preços, praticados no mercado, com orçamentos de até 03 meses imediatamente anteriores a execução da licitação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os materiais de consumo que serão adquiridos neste processo licitatório, não terão compras ou entregas parceladas, uma vez que se trata de uma pequena quantidade para cada item, e o parcelamento pode não ser atrativo para os eventuais fornecedores, podendo, no caso de parcelamentos, aumentar a possibilidade de fracassos no pregão.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2022 da UFABC, uma vez que, conforme prevê o tópico “ 5.2 Ensino, Pesquisa e Extensão ”.

“Em termos de graduação, a UFABC tem como diretriz, a excelência na transmissão do conhecimento, portanto, a não aquisição destes insumos pode acarretar em; atrasos, não aplicação, ou queda de qualidade dos experimentos, que terá reflexos na disseminação conteúdo didático aos discentes.

Além disso, a aquisição desses materiais de consumo, estão previstas no Plano Anual de Contratações (PAC) 2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios pretendidos com estas aquisições são os de manter os estoques de insumos em quantidades suficientes, e qualidade adequada para a realização dos experimentos e práticas das aulas dos cursos de graduação, que ocorrem nos laboratórios didáticos da UFABC.

13. Providências a serem Adotadas

Elaboração de termo de referência com; descrições e especificações adequadas, e pesquisas de preços que condizem com preços ofertados pelo mercado, regras bem definidas de prazos de entregas e não aceitação de produtos em caso de não conformidades.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O licitante fabricante e/ou fornecedor deverá atender os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme disposição da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, mais especificamente no art. 5º:

a- Embalagem: Os bens devem ser, preferencialmente, entregues e acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, e que as mesmas utilize materiais recicláveis e/ou sejam recicláveis, indicados na embalagem o tipo de reciclagem, garantindo a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

b- Os materiais descritos no Termo de Referência deverão, sempre que possível, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e elaboração dos materiais e equipamentos.

c- A Contratada deverá atender, no que couber, aos critérios de Sustentabilidade Ambiental previstos na IN SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento considera viável a aquisição destes materiais, pois, são necessários para a realização dos experimentos desenvolvidos nas aulas práticas dos cursos de graduação.

A verba para estas aquisições já estavam previstas no Plano de Contratações Anual (PAC) 2025.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WANDERLEI SOARES DOS SANTOS

Chefe da Divisão dos Laboratórios Acadêmicos Secos



Assinou eletronicamente em 06/11/2025 às 19:34:36.